

## Demonstrações Financeiras

# REAL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ: 11.350.380/0001-00

31 de dezembro de 2025

### Relatório da Administração.

Senhores acionistas:

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 2024.

A companhia é uma sociedade por ações constituída em 14 de novembro de 2018 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objeto social a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros.

Atenciosamente,

Administração

Cuiabá/MT, 20 de Março de 2026

REAL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A  
Eder Marcos Dagostin  
Presidente

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE:**  
(Em Reais)

<b><u>ATIVO</u></b>	<b><u>31/12/2025</u></b>	<b><u>31/12/2024</u></b>
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.195.647	2.004.023
Estoques – Recebíveis	11.892.472	13.052.309
Impostos a recuperar	12.180	1.627
Outros Créditos	000	000
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>13.100.299</b>	<b>15.057.959</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		
Realizável a longo Prazo	64.460	47.625
Investimentos	37.639	37.559
Imobilizado	89.158	105.993
<b>Total do Ativo não Circulante</b>	<b>191.257</b>	<b>191.177</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>13.291.556</b>	<b>15.249.136</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedores Diversos	1.667.229	000
Empréstimos e financiamentos	000	000
Titulos Negociados a Pagar	(53.556)	1.193.688
Obrigações tributárias	7.119	3.783
Outras contas a pagar	562.036	705.829
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>2.182.828</b>	<b>1.823.300</b>
<b>Passivo não Circulante</b>		
Recursos – Emissão de Títulos	14.089.394	15.914.412
Outras obrigações	52.079	65.955
<b>Total do Passivo não Circulante</b>	<b>14.141.473</b>	<b>15.980.367</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital Social	20.000	20.000
Reserva legal	4.000	4.000
Reservas de lucros	(3.056.745)	(2.578.531)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(3.032.745)</b>	<b>(2.554.531)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>13.291.566</b>	<b>15.249.136</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE:**  
 (Em Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>1.246.871</b>	<b>395.679</b>
Deságio na compra de recebíveis	442.211	314.931
Receita de Juros de títulos inadimplidos	804.660	80.748
<b>( - ) Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(1.159.672)</b>	<b>(2.123.796)</b>
( - ) Impostos	(4.252)	000
( - ) Juros – Debêntures	(483.880)	(505.636)
( - ) Juros – Certificados do Agronegócio	(671.540)	(1.618.160)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>87.198</b>	<b>(1.728.117)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>87.198</b>	<b>(1.728.117)</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(585.767)</b>	<b>(929.609)</b>
Despesas com Pessoal	(342.840)	(431.023)
Serviços de Terceiros	(173.433)	(250.320)
Despesas Tributárias	(2.306)	(132.422)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(67.189)	(116.844)
Receitas Diversas		1.000
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(498.569)</b>	<b>(2.657.726)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>20.356</b>	<b>26.100</b>
Receitas Financeiras	57.053	36.606
Despesas Financeiras	(36.697)	(10.506)
<b>LUCRO ANTES DAS PROVISÕES PARA CSLL E IRPJ</b>	<b>(478.214)</b>	<b>(2.631.626)</b>
Provisão para IRPJ	000	000
Provisão para CSLL	000	000
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(478.214)</b>	<b>(2.631.626)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM:**  
 (Valores expressos em reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>20.000</b>	<b>4.000</b>	<b>(2.578.531)</b>	<b>(2.554.531)</b>
Prejuízo líquido do exercício			(478.214)	(478.214)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>20.000</b>	<b>4.000</b>	<b>(3.056.745)</b>	<b>(3.032.745)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM:**  
**(Valores expressos em reais)**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	(478.215)	(2.631.626)
Ajustado por:		
	<b>(478.215)</b>	<b>(2.631.626)</b>
<b>(Aumento)/Diminuição das contas ativas</b>		
Estoque – Recebíveis	(1.159.837)	(1.080.160)
Outras contas	(10.553)	1.604
Realizável a longo prazo	(16.835)	(8.686.078)
<b>Aumento/(Diminuição) das contas passivas</b>		
Fornecedores	(1.667.229)	
Empréstimos e Financiamentos	000	(40.511)
Obrigações fiscais e tributárias (exceto IR e CS)	3.336	137.327
Juros de Certificados do Agronegócio a pagar		700.060
Outras contas débitos	(143.793)	74.502
Outras obrigações	(13.876)	
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	000	(112.047)
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>999.887</b>	<b>7.769.729</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de investimentos	80	000
Amortização de investimentos	000	000
Aquisição de imobilizado	16.835	000
Ganho de capital na venda de imobilizado	000	000
Venda de imobilizado	000	000
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>16.755</b>	<b>000</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Recursos de Emissão de Títulos	(1.825.018)	(8.072.192)
Outras Contas a pagar		(14.303)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(1.825.018)</b>	<b>(8.086.495)</b>
<b>DIMINUIÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>(808.376)</b>	<b>(516.766)</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>	<b>2.004.023</b>	<b>2.520.788</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>1.195.647</b>	<b>2.004.023</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025.

---

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

---

A REAL SECURITIZADORA DE CREDITOS S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como objetivo social, a exploração do negócio de aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; cessão e re aquisição dos direitos creditórios; prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei. 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito.

### 2) *Apresentação das demonstrações financeiras*

---

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao *“Pronunciamento Conceitual Básico de Estrutura para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”* e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

### 3) *Principais práticas contábeis*

---

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

#### 3.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

#### 3.2. Reconhecimento de receita

##### i. Deságio na compra de recebíveis

A receita de deságio na compra de recebíveis é reconhecida com base na execução dos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando

os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

#### ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receitas financeiras” nas demonstrações do resultado.

### **3.3. Impostos e contribuições**

#### **3.3.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados mensalmente com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 20.000 por mês e 9% de CSLL) sobre percentuais de presunção estipulados pela RFB.

#### **3.3.2. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.833/2003, fica sujeito a alíquota de 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nas atividades de securitização de créditos.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% - (zero virgula sessenta e cinco por cento)

### **3.4. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**

#### **3.4.1. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

### **3.5. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

### **3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 não identificou ajustes a serem contabilizados.

### **3.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **3.8. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa e investimento ou outros fins de liquidez imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando seu vencimento de curto prazo ou longo prazo tem liquidez imediata, por exemplo, antes da data da contratação.

### **3.9. Tributos a compensar**

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a correspondente atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como

dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

### 3.10. Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

### 3.11. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

## 4 – Debêntures

As obrigações provenientes da emissão de debêntures esta composta da seguinte forma:

Descrição	Série	12/2025	12/2024
Debêntures 2ª (segunda) emissão <b>(a)</b>	Única	1.000.000	1.000.000
Remuneração – 2ª emissão		4.399.394	3.814.412
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 3ª.Em. <b>(b)</b>		120.000	120.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 4ª.Em. <b>(c)</b>		150.000	150.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 5ª.Em. <b>(d)</b>		100.000	180.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 6ª.Em. <b>(e)</b>		250.000	250.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 7ª.Em. <b>(f)</b>		1.550.000	1.880.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 8ª.Em. <b>(g)</b>		4.000.000	4.000.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 9ª.Em. <b>(h)</b>		150.000	150.000
Certif. Recebíveis do Agronegócio - 10ª.Em. <b>(i)</b>		2.370.000	4.370.000
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>		<b>14.089.394</b>	<b>15.914.412</b>

- (a)** Refere-se 2ª emissão privada de debêntures do tipo simples realizada em 01 de março de 2011, sob forma nominativa, não endossável e com emissão de cautela, sem a intermediação de instituições financeiras, portanto, não sujeitas ao registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Foram emitidas 1.000 (mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) na data de emissão, com vencimento em 28 de fevereiro de 2026. As debêntures dessa emissão encontravam-se na data de 31/12/2025 integralizadas no montante de R\$ 1.000.000,00.

- (b) Refere-se a 3ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na data da emissão. O C.R.A. dessa emissão encontravam-se na data de 31/12/2025 integralizadas no montante de R\$ 120.000,00.*
- (c) Refere-se a 4ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data da emissão. O C.R.A. dessa emissão encontravam-se na data de 31/12/2025 integralizadas no montante de R\$ 150.000,00.*
- (d) Refere-se a 5ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na data da emissão. O C.R.A. dessa emissão em 2025 teve resgate de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e encontravam-se na data de 31/12/2025 integralizadas no montante de R\$ 100.000,00.*
- (e) Refere-se a 6ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na data da emissão. O C.R.A. dessa emissão encontravam-se na data de 31/12/2025 integralizadas no montante de R\$ 250.000,00.*
- (f) Refere-se a 7ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na data da emissão. O C.R.A. dessa emissão em 2025 teve resgate de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) e encontravam-se na data de 31/12/2025 integralizadas no montante de R\$ 1.550.000,00.*
- (g) Refere-se a 8ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) na data da emissão. O C.R.A. dessa emissão encontravam-se na data de 31/12/2025 integralizadas no montante de R\$ 4.000.000,00.*
- (h) Refere-se a 9ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) na data da emissão. O C.R.A. dessa emissão encontravam-se na data de 31/12/2025 integralizadas no montante de R\$ 150.000,00.*
- (i) Refere-se a 10ª Emissão Privada de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C.R.A.), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na data da emissão. O C.R.A. dessa emissão encontravam-se na data de 31/12/2025 integralizadas no montante de R\$ 2.370.000,00.*

#### **4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

---

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na Companhia compõem-se da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Caixa	39.155	1.017.887
Bancos conta movimento/Aplicações	1.156.492	986.136
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.195.647</b>	<b>2.004.023</b>

## 5) CAPITAL SOCIAL E RESERVA LEGAL

### ***Capital Social***

O Capital Social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), representado por 20.000 (vinte mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

### ***Reserva legal***

A reserva legal está totalmente constituída no limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por ações e com o artigo 22º, § 1º, letra (a) do Estatuto Social da Companhia.

## 6) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

### **Valorização dos instrumentos financeiros:**

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos mantidos em contas correntes bancárias, encontram-se ajustados de acordo com o valor da conta divulgada;

Cuiabá – MT, 20 de Março de 2026

Eder Marcos D'Agostin  
Diretor Presidente  
CPF: 616.975.081-20

Maira Bartolina Alves Pedroso  
Contador - C.R.C nº MT-014342/O-1 MT  
CPF: 920.567.171-15